

**SOCIEDADE ANÔNIMA DE ELETRIFICAÇÃO DA PARAÍBA
SAELPA**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2000
OBJETO DE PUBLICAÇÃO**

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

A administração da Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba – Saelpa tem, inicialmente, a satisfação e o dever de agradecer a todos que colaboraram para o sucesso da sua privatização, em especial ao Excelentíssimo Senhor Governador, Dr. José Targino Maranhão, incansável na remoção dos obstáculos que impedem a plena satisfação dos interesses maiores do Estado da Paraíba.

Nesse contexto, apresentamos à apreciação dos Senhores Acionistas os fatos e eventos marcantes de 2000, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes.

1. Privatização e Reestruturação da Companhia

2000 ficou marcado pelo início de uma grande transformação na história da Saelpa. Em leilão realizado em novembro, a Empresa Energética de Sergipe S/A - Energipe, através de sua empresa de propósito específico Pbpart-SE 2 Ltda., adquiriu do Governo do Estado da Paraíba 87,6 % do capital votante e 74,3 % do capital total da Saelpa, pelo montante de R\$ 363,0 milhões.

Com a aquisição, a nova administração passou, então, a implantar novos processos administrativos na Companhia, com o estabelecimento de uma política voltada para proporcionar aos seus consumidores um padrão cada vez melhor de atendimento e qualidade dos serviços prestados, com menores custos.

2. O exercício de 2000

2.1 – Aspectos Administrativos

Em quase todo o exercício de 2000, a Saelpa teve a sua gestão compartilhada entre o Governo do Estado da Paraíba e a Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás, que deram início a uma reestruturação organizacional, visando melhorar a eficiência de todos os processos operacionais e a produtividade na Companhia. A redução do número de empregados vem sendo gradualmente implementada. A Saelpa iniciou o exercício com 1.379 empregados e ao término do ano apresentava um efetivo de 1.304 empregados.

A seguir, apresentam-se alguns indicadores de produtividade da empresa:

Indicadores de Produtividade

Descrição	2000	1999	1998	1997	1996
Número de Empregados	1.304	1.379	1.456	1.641	1.816
Número de Consumidores	719.708	703.241	673.027	654.634	625.989
Número de Consumidores / Empregado	552	510	462	399	345

2.2 – Investimentos

No exercício findo, a Saelpa investiu R\$ 12.463 mil em suas instalações elétricas, sendo de se destacar a construção de linhas de transmissão e redes de distribuição urbana e rural, a aquisição de medidores, equipamentos de medição e equipamentos de informática, entre outros.

As instalações elétricas da empresa compõem-se, basicamente, de 49 subestações de 69/13,8 KV, 188 alimentadores, 1.596 Km de linhas de transmissão de 69 KV, 27.996 Km de redes de distribuição de 13,8 KV e 15.294 transformadores com potência total de 935 MVA.

2.3 – Mercado de Energia Elétrica

A Saelpa encerrou 2000 com 719.708 consumidores, 2,3 % a mais que em 1999. O consumo de energia no seu mercado próprio aumentou 2,6 %, totalizando 2.074 GWh. O setor comercial aparece com o melhor desempenho, acumulando vendas 13,5 % maiores do que em 1999. Por sua vez, o consumo industrial cresceu 3,2 % e o residencial 0,6 % no ano.

Com esse mercado, a Saelpa registrou, em 2000, uma receita operacional bruta de R\$ 310.829 mil, significando um acréscimo de 26,5 % em relação a 1999. O referido incremento decorre, basicamente, do reajuste de 9,19 % das tarifas da empresa, concedido a partir de agosto de 2000, conjugado com o citado aumento de consumo no seu mercado.

Balanço Energético (Em GWh)

	<u>Crescimento %</u>	<u>2000</u>	<u>1999</u>
(+) Vendas de Energia			
. Residencial	0,6	721	716
. Industrial	3,2	629	610
. Comercial	13,5	304	268
. Rural	(16,2)	66	78
. Outras classes	0,9	354	351
. Total Mercado Próprio	2,6	2.074	2.023
(+) Suprimento	12,9	35	31
(+) Não Faturado	-	(4)	2
(=) Total Geral	2,4	2.105	2.056
(=) Energia Requerida	4,5	2.904	2.779
Perdas totais (%)	1,3	27,4%	26,1%

2.4 – Resultados Econômico-Financeiros

O resultado negativo referente aos serviços de energia elétrica, no montante de R\$ 112.276 mil, decorre, basicamente, das provisões constituídas no exercício, que totalizam R\$ 152.176 mil, das quais R\$ 66.692 mil relativas a devedores duvidosos de contas de energia elétrica de consumidores e R\$ 85.484 mil para contingências passivas. Por outro lado, a geração de caixa, medida pelo EBITDA, ajustada pelas provisões mencionadas, atingiu R\$ 55.456 mil, significando um aumento de 89,1 % em relação a 1999.

Com isso, a Saelpa encerrou o exercício com um prejuízo de R\$ 93.791 mil, o que representa R\$ 0,13 por ação do capital social.

Cabe ainda destacar que a administração da Saelpa também decidiu provisionar diretamente no patrimônio líquido da Companhia o déficit atuarial da Fundação Saelpa de Seguridade Social – Funasa, no valor de R\$ 33.489 mil.

Como consequência, o patrimônio líquido da Saelpa, em 31 de dezembro de 2000, totalizou R\$ 108.488 mil, ou seja, R\$ 0,15 por ação.

3. Perspectivas

A administração não medirá esforços para consolidar os programas de investimentos da Saelpa, que deverão atingir R\$ 54 milhões em 2001, e de reestruturação e racionalização de custos, essenciais para equilibrar as finanças da empresa e melhorar os seus índices operacionais, adequando-os aos padrões de exigência dos consumidores. Dentre eles, destacam-se:

- Investimentos em novas tecnologias no seu sistema elétrico para redução das perdas técnicas, comerciais e dos índices DEC e FEC, que expressam a duração e a frequência das interrupções de energia elétrica, atualmente situados em patamares elevados;
- Automação de todas as subestações e a reformulação do Sistema de Gerenciamento do Centro de Operações da Distribuição e do Centro de Operações do Sistema, com novas instalações e equipamentos de última geração;
- Implantação de novos sistemas computacionais, visando proporcionar mais agilidade, confiabilidade e qualidade no atendimento aos consumidores;
- Renegociação de contratos com fornecedores de serviços;
- Instalação de 100 mil medidores de energia em residências e estabelecimentos comerciais que ainda não dispõem desse equipamento e de programas voltados para o combate de fraudes e desvios de energia;
- Adequação do quadro funcional da empresa, com a implementação de um Programa de Desligamento Voluntário, em andamento desde fevereiro de 2001;
- Renovação e ampliação da sua frota de veículos, com melhoria de qualidade na prestação de serviços e redução de custos;
- Intensificação das ações da empresa visando a capacitação dos seus empregados, através de programas de treinamento e desenvolvimento de pessoal.

**Demonstração do valor adicionado dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2000 e 1999
(em milhares de reais)**

	2000	1999
1- GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de vendas de energia e serviços	310.829	245.681
Receitas não operacionais	277	168
Menos:		
Insumos		
Custo da energia comprada	103.126	94.306
Transporte de potência elétrica	20.269	10.021
Serviços de terceiros	16.741	13.608
Materiais	3.730	2.975
Provisão para contingências	85.484	4.042
Provisão para devedores duvidosos	66.692	5.009
Outros custos operacionais	7.646	3.900
	303.688	133.861
2- VALOR ADICIONADO BRUTO	7.418	111.988
Quotas de reintegrações	12.483	11.546
3- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	(5.065)	100.442
Receitas financeiras	6.263	18.710
IR e contribuição social diferida	47.837	-
4- VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	49.035	119.152
5- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho	33.867	33.657
Governos: (impostos, taxas e contribuições)	61.893	61.490
Transferências intra-setoriais	11.021	7.255
Juros	35.017	10.373
Aluguéis	1.028	2.005
Lucro (prejuízo) do exercício	(93.791)	4.372
	49.035	119.152

A Administração.

Demonstrações Financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999

(em milhares de reais)

ATIVO	<u>2000</u>	<u>1999</u>
CIRCULANTE		
Numerário disponível	4.521	9.408
Consumidores e concessionários	145.280	110.074
Títulos de créditos a receber	6.431	14.899
Créditos renegociados	24.478	17.299
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(81.839)	(15.147)
Outros créditos	3.345	3.327
Estoques	2.798	3.101
Impostos a recuperar	2.096	4.169
Despesas pagas antecipadamente	34	26
	<u>107.144</u>	<u>147.156</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Cauções e depósitos vinculados	7.730	4.974
Títulos de créditos a receber	5.078	6.658
Créditos renegociados	57.996	69.023
Créditos tributários	88.512	29.580
Outros	815	1.131
	<u>160.131</u>	<u>111.366</u>
PERMANENTE		
Investimentos	158	198
Imobilizado	183.486	183.065
	<u>183.644</u>	<u>183.263</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>450.919</u>	<u>441.785</u>

As notas explicativas são parte integrante destes balanços

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999

(em milhares de reais)

PASSIVO

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
CIRCULANTE		
Fornecedores	19.165	17.279
Folha de pagamento	1.871	2.049
Tributos e contribuições sociais	47.970	91.005
Empréstimos e financiamentos	14.923	15.615
Encargos de dívidas	131	5
Obrigações estimadas	2.175	2.740
Encargos do consumidor a recolher	1.862	1.989
Taxa de iluminação pública arrecadada	3.163	4.750
Outros	2.114	253
	<u>93.374</u>	<u>135.685</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Empréstimos e financiamentos	17.383	21.812
Tributos e contribuições sociais	96.204	45.891
Provisões para contingências	90.784	5.300
Provisões do deficit atuarial da Funasa	33.489	-
Outros	815	815
	<u>238.675</u>	<u>73.818</u>
Obrigações vinculadas à concessão	10.382	8.270
	<u>249.057</u>	<u>82.088</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	181.401	181.401
Reservas de capital	2.994	2.289
Reserva de lucros	2.015	35.571
Lucros (prejuízos) acumulados	(77.922)	4.751
	<u>108.488</u>	<u>224.012</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>450.919</u>	<u>441.785</u>

As notas explicativas são parte integrante destes balanços

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999
(em milhares de reais)

	2000	1999
Receita operacional		
Fornecimento de energia elétrica	270.944	241.211
Suprimento de energia elétrica	37.732	3.388
Outras receitas	2.153	1.082
	<u>310.829</u>	<u>245.681</u>
Deduções à receita operacional		
Quota para reserva global de reversão - RGR	3.863	3.909
ICMS faturado	50.495	45.178
Pis e cofins	11.398	9.300
	<u>65.756</u>	<u>58.387</u>
Receita operacional líquida	<u>245.073</u>	<u>187.294</u>
Despesa operacional		
Pessoal	33.867	33.657
Material	3.730	2.975
Serviços de terceiros	16.741	13.608
Energia elétrica comprada para revenda	103.126	94.306
Transporte de potência elétrica	20.269	10.021
Depreciação	12.483	11.546
Provisão para contingências	85.484	4.042
Provisão para devedores duvidosos	66.692	5.009
Quota para conta de consumo de combustível	7.158	3.346
Outras despesas	7.799	5.797
	<u>357.349</u>	<u>184.307</u>
	<u>(112.276)</u>	<u>2.987</u>
Receita (despesa) financeira		
Renda de aplicações financeiras	367	465
Acréscimo moratório sobre contas de energia	3.073	5.746
Outras receitas financeiras	2.823	12.499
Encargos de dívidas	(22.424)	(6.426)
Outras despesas financeiras	(12.593)	(3.947)
	<u>(28.754)</u>	<u>8.337</u>
Resultado operacional	<u>(141.030)</u>	<u>11.324</u>
Receita não operacional	277	168
Despesa não operacional	(875)	(108)
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e do imposto de renda	(141.628)	11.384
Contribuição social	11.623	(1.162)
Imposto de renda	36.214	(5.850)
Lucro (prejuízo) do exercício	<u>(93.791)</u>	<u>4.372</u>
Lucro (prejuízo) por lote de mil ações - R\$	<u>(128,27)</u>	<u>5,98</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações

**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999**

(em milhares de reais)

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Origens de recursos		
Das Operações		
Lucro (prejuízo) do exercício	(93.791)	4.372
Receita (despesa) que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciação	12.483	11.546
Juros e variações monetárias de itens de longo prazo	6.357	1.874
Provisão para contingências	85.484	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(47.837)	-
Valor residual de itens de ativo permanentes baixados	265	1.482
	<u>(37.039)</u>	<u>19.274</u>
De Terceiros		
Financiamentos captados	1.805	21.574
Parcelamento de ICMS	46.975	-
Contribuição do consumidor	2.112	7
Redução do realizável a longo prazo	14.830	-
	<u>65.722</u>	<u>21.581</u>
	<u>28.683</u>	<u>40.855</u>
Aplicações de recursos		
No investimento	-	41
No imobilizado	12.463	20.378
No realizável a longo prazo	-	3.900
Transferencia do exigível a longo prazo para o circulante	13.921	39.164
	<u>26.384</u>	<u>63.483</u>
Aumento (redução) do capital circulante	<u>2.299</u>	<u>(22.628)</u>
Demonstração da variação do capital circulante líquido		
Ativo Circulante		
No início do exercício	147.156	101.339
No fim do exercício	107.144	147.156
	<u>(40.012)</u>	<u>45.817</u>
Passivo Circulante		
No início do exercício	135.685	67.240
No fim do exercício	93.374	135.685
	<u>(42.311)</u>	<u>68.445</u>
Aumento (redução) do capital circulante líquido	<u>2.299</u>	<u>(22.628)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2000 E 1999
 (em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldos em 01 de janeiro de 1999	181.348	1.528	35.950	-	53	218.879
Aumento do capital social AGE de 23/04/1999						
Estado	53	-	-	-	(53)	-
Remuneração das imobilizações em curso						
Capital próprio	-	761	-	-	-	761
Realização de reserva de lucro a realizar	-	-	(2.180)	2.180	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.372	-	4.372
Proposta à AGO para destinação do lucro						
Reserva legal	-	-	218	(218)	-	-
Reserva Especial para Pagamento de Dividendos	-	-	1.583	(1.583)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 1999	181.401	2.289	35.571	4.751	-	224.012
Remuneração das imobilizações em curso	-	705	-	-	-	705
Realização de reserva de lucro a realizar	-	-	(28.090)	28.090	-	-
Realização da reserva especial para pagamento de dividend	-	-	(5.466)	5.466	-	-
Deficit atuarial - Funasa	-	-	-	(33.489)	-	(33.489)
Créditos tributários sobre o deficit atuarial - Funasa	-	-	-	11.051	-	11.051
Prejuízo do exercício	-	-	-	(93.791)	-	(93.791)
Saldos em 31 de dezembro de 2000	181.401	2.994	2.015	(77.922)	-	108.488

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações

**Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2000 e 1999**
(Em milhares de reais)

1 Contexto Operacional

A Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba – Saelpa é uma concessionária de serviços públicos de energia elétrica, que atende a 217 municípios no Estado da Paraíba, especificamente a 719.708 consumidores.

A Saelpa teve o seu controle acionário (87,63% do capital votante e 74,29% do capital total) adquirido, em leilão público realizado na bolsa de valores do Rio de Janeiro em 30 de novembro de 2000, pela Pbpert - SE 2 Ltda., empresa de propósito específico controlada pela Empresa Energética de Sergipe – Energipe.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

3 Principais práticas contábeis

- a) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída no exercício findo em 31 de dezembro de 2000 considerando todas as contas a receber vencidas a mais de 120 dias, deduzidas das negociadas até o encerramento do balanço, critério considerado pela Administração da Companhia suficiente para fazer face a eventuais perdas com o contas a receber.
- b) Os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição, que não excede o seu valor de mercado.
- c) Os investimentos estão contabilizados ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995.
- d) O imobilizado está demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As adições, a partir desta data, estão contabilizadas ao custo. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens e são debitadas ao resultado do exercício ou ao custo das imobilizações em curso.
- e) Em função do disposto nas Instruções Gerais 35 e 36, do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, bem como os juros computados sobre o capital próprio, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo.
- f) Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelas taxas contratuais na data de encerramento dos exercícios.
- g) A Companhia não apurou lucro tributável no exercício de 2000. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos foram constituídos sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social,

pelas alíquotas de 25% e 8%, respectivamente, que estarão vigentes quando da realização desses créditos.

- h) As contingências passivas estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.
- i) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência.
- j) Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço.
- k) As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 1999, estão sendo apresentadas reclassificadas para fins de comparação com o exercício atual.

4 Consumidores e concessionárias

Classes de consumo	Saldo vincendos	Vencidos até 30 dias	Vencidos de 31 a 90 dias	Vencidos De 90 a 180 dias	Vencidos há mais de 180 dias	Total	
						2000	1999
Residencial	4.330	5.970	4.376	2.805	14.453	31.934	23.799
Industrial	4.359	1.109	1.240	1.085	12.318	20.111	16.326
Comércio, serviços e outras atividades	1.991	1.774	1.622	983	6.761	13.131	10.100
Rural	376	342	337	291	2.772	4.118	3.912
Poder público:							
Federal	372	272	368	415	2.860	4.287	1.561
Estadual	597	149	141	248	5.731	6.866	3.607
Municipal	427	202	358	637	3.275	4.899	7.268
Iluminação pública	1.037	429	848	1.476	23.551	27.341	22.932
Serviço público	1.024	1.118	89	28	244	2.503	7.058
Outros créditos	1.071	50	125	252	581	2.079	3.030
Subtotal – consumidores	15.584	11.415	9.504	8.220	72.546	117.269	99.593
Concessionárias	13.431	-	-	-	5.542	18.973	1.416
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	9.038	9.065
Total	29.015	11.415	9.504	8.220	78.088	145.280	110.074

Do montante de R\$18.973, apresentado no quadro acima como concessionárias, R\$18.549 compreende ao volume de energia comercializada no Mercado Atacadista de Energia (MAE), cujas atividades foram iniciadas em julho de 1999. Este saldo foi apurado de acordo com o extrato fornecido pelo próprio MAE, com o volume de energia comercializado até agosto de 2000, e adicionalmente, a Administração da Companhia com base nas informações disponibilizadas pelo MAE e divulgadas pela ANEEL, provisionou o volume de energia comercializado no MAE para os meses de setembro a dezembro de 2000 em um total de R\$10.651.

5 Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida. Em 31 de dezembro de 2000, estes créditos montam R\$11.509 (R\$5.078 classificados no realizável a longo prazo). Do montante dos Títulos a Receber, R\$4.412 encontram-se vencidos a mais de 120 dias para os quais a Companhia constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa.

6 Créditos renegociados

- a) Em 04 de julho de 2000 a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – Cagepa celebrou com a Saelpa, através de Instrumento Particular de Consolidação de Reconhecimento de Dívida, a consolidação do seu débito de contas de energia elétrica no montante de R\$79.198. Referido Instrumento tem como garantia a receita própria da Cagepa e como interveniente repassador o Banco do Estado da Paraíba – Paraíba. O débito consolidado foi parcelado em 36 meses a partir de sua formalização sendo atualizado monetariamente pela variação do IGP-DI, anualmente. Em 31 de dezembro de 2000, estes créditos montam R\$64.155 (R\$45.193 classificados no realizável a longo prazo), a serem recebidos a partir de 2001, em 5 parcelas de R\$698 e 27 parcelas de R\$2.247.
- b) Em 03 de julho de 2000 o Governo do Estado da Paraíba celebrou com a Saelpa, através de Instrumento Particular de Consolidação de Reconhecimento de Dívida, a consolidação do seu débito de contas de energia elétrica no montante de R\$18.171. O débito consolidado foi parcelado em 36 meses a partir de sua formalização sendo atualizado monetariamente pela variação do IGP-DI, anualmente. Em 31 de dezembro de 2000, estes créditos montam R\$18.319 (R\$12.803 classificados no realizável a longo prazo), a serem recebidos a partir de 2001 em 5 parcelas de R\$224 e 27 parcelas de R\$637.

7 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da receita e despesa do exercício de 2000 e 1999, calculadas pela aplicação das alíquotas fiscais vigentes de imposto de renda e contribuição social, é demonstrada como segue:

	Imposto de renda		Contribuição social(*)	
	2000	1999	2000	1999
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(141.628)	11.384	(141.628)	11.384
Adições permanente	(3.228)	11.038	(3.659)	(2.443)
Base de cálculo	(144.856)	22.422	(145.287)	8.941
Alíquotas fiscais	25%	25%	8%	12%
Imposto de renda e contribuição social	36.214	(5.606)	11.623	(1.073)
Diferença de adicional de alíquota fiscal	-	24	-	-
Imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores	-	(268)	-	(89)
Receita(despesa) de imposto de renda e contribuição social	<u>36.214</u>	<u>(5.850)</u>	<u>11.623</u>	<u>(1.162)</u>

(*) A contribuição social foi calculada no exercício de 2000 às alíquotas de 12% em janeiro e de 9% a partir de fevereiro. Em 1999, 8% até abril e 12% a partir de maio.

Em 31 de dezembro, a Companhia possuía créditos fiscais a compensar, relativos a prejuízos fiscais, diferenças temporárias dedutíveis e base negativa de contribuição social, conforme natureza e valores a seguir discriminados:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2000	1999	2000	1999
Prejuízo fiscal/base negativa	115.170	83.535	84.454	57.573
Provisão para contingências	85.484	-	85.484	-
Provisão de tributos e contribuições em discussão judicial	28.766	-	28.766	-
Provisão do deficit atuarial - Funasa	33.489	-	33.489	-
Outros	16.629	16.361	637	-
Total	279.538	99.896	232.830	57.573
Alíquota aplicada	25%	25%	8%	8%
Créditos tributários (Imposto de renda e contribuição social)	69.885	24.974	18.627	4.606

A Administração da Companhia baseado nas projeções de resultados futuros, estima realizar estes créditos nos próximos 8 anos.

8 Imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2000	1999
Em serviço:			
Distribuição:			
Linhas, redes e subestações	4,86 a 5,29	228.696	216.019
Comercialização	4,03 a 4,06	36.816	34.929
Administração	10,16 a 15,35	5.830	5.195
		<u>271.342</u>	<u>256.143</u>
Depreciação acumulada:			
Distribuição:			
Linhas, redes e subestações		(82.928)	(72.690)
Comercialização		(13.853)	(12.575)
Administração		(2.298)	(1.934)
		<u>(99.079)</u>	<u>(87.199)</u>
Em curso:			
Distribuição:			
Linhas, redes e subestações		8.672	12.293
Comercialização		1.593	1.287
Administração		958	541
		<u>11.223</u>	<u>14.121</u>
Total		<u>183.486</u>	<u>183.065</u>

De acordo com os artigos nºs 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações, utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

9 Encargos financeiros e efeitos inflacionários

De acordo com a Instrução Geral nº 36, do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica e, a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, foram transferidos para o Ativo Imobilizado em Curso, os seguintes valores:

	2000	1999
Encargos financeiros contabilizados no resultado	22.452	6.426
(-) Transferências para o imobilizado em curso	(28)	-
Líquido	22.424	6.426

10 Empréstimos e financiamentos

	2000	1999
.Em moeda nacional, com juros de até 6,5% a.a. e atualização monetária com base na variação da taxa Finel, RGR e IGP-M (Eletrobrás)	23.390	24.046
.Em moeda nacional, com juros de 1% a.m e atualização monetária com base na variação do IGP-DI (Funasa)	6.973	7.381
.Em moeda nacional, com juros de 12% a.a e atualização pelo IGPM (Chesf)	1.943	6.000
Total	32.306	37.427
.Parcela de curto prazo	14.923	15.615
.Parcela de longo prazo	17.383	21.812

O financiamento obtido junto à Eletrobrás estão garantidos com vinculação da receita própria da Saelpa.

O empréstimo obtido junto à Companhia Hidrelétrica de Eletrificação do São Francisco - Chesf, está garantido por notas promissórias emitidas em favor daquela empresa.

Os empréstimos e financiamentos vencem entre janeiro de 2001 e julho de 2014.

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	2000	1999
2001	-	7.143
2002	3.061	4.870
2003	3.061	3.595
2004	3.061	2.597
2005	3.061	1.602
2006	1.931	1.809
Após 2006	3.208	196
	17.383	21.812

11 Tributos e contribuições sociais

	2000	1999
ICMS parcelamento	116.621	61.332
ICMS corrente	4.463	46.696
Encargos Sociais	712	5.469
Cofins e Pis corrente	1.302	23.107
Refis	20.957	-
Outros	119	292
Total	144.174	136.896
Parcela de curto prazo	47.970	91.005
Parcela de longo prazo	96.204	45.891

a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - Icms

A Companhia em 15 de julho de 2000 parcelou junto ao Governo do Estado da Paraíba seu débito fiscal de ICMS no montante de R\$125.154, referente ao saldo devedor do processo nº 7.838/98 e do ICMS do período de dezembro de 1998 a fevereiro de 2000. O débito consolidado foi parcelado em 36 meses, a partir de sua formalização, sendo atualizado pela variação anual do IGP-DI. Em 31 de dezembro de 2000, este débito monta R\$116.621 (R\$78.051 no exigível a longo prazo) a ser pago a partir janeiro de 2001 em 5 parcelas de R\$1.033 e 27 parcelas de R\$4.128.

b) Programa de recuperação fiscal (Refis)

A Companhia aderiu, em março de 2000, ao programa de recuperação fiscal – Refis, aprovado pela Lei nº 9.964 de abril de 2000. Por conseqüência, os ajustes decorrentes da consolidação e do reconhecimento dos débitos em razão da desistência dos processos judiciais da aplicação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins, Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro e INSS, sobre suas operações com energia elétrica, podem ser demonstrados como se segue:

Provisão da Cofins do período de julho/1995 à outubro/1999	21.329
Provisão do IRPJ e CSSL de 1996 e 1997	1.007
Parcelamento do INSS	23
Valor da provisão constituída em março de 2000	22.359
(+) Atualização da dívida pela TJLP (outras despesas financeiras)	1.621
(-) Pagamentos efetuados no exercício	(3.023)
(=) Saldo da dívida	20.957
Parcela de curto prazo (tributos e contribuições sociais)	2.804
Parcela de longo prazo (tributos e contribuições sociais)	18.153

Pelas projeções da Companhia, estima-se a realização total da dívida pelo prazo de 70 meses.

12 Obrigações vinculadas à concessão

	2000	1999
Contribuições do consumidor	6.655	4.543
Participação da União	3.727	3.727
	10.382	8.270

As contribuições do consumidor e da União, representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão da Companhia.

Para fins de determinação de indicadores econômico-financeiros, essas contas, bem como os ativos correspondentes não devem ser considerados por não se tratarem de dívidas efetivas.

13 Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, nos exercícios de 2000 e 1999, está representado por 619.889.939 ações ordinárias, 111.170.274 ações preferenciais classe "A" e 147.076 ações preferenciais classe "B", todas nominativas sem valor nominal. As

ações preferenciais não possuem direito de voto e têm prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia. As preferenciais da classe “A” tem direito a dividendos mínimos de 10% ao ano não cumulativo e as preferenciais da classe “B” a dividendos de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76.

14 Fornecimento de energia elétrica

i	2000			1999		
	Nº de consumidores	MWh	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$
Residencial	636.337	720.563	121.045	619.657	716.350	108.735
Industrial	4.604	629.247	58.360	4.639	609.903	52.110
Comercial	52.451	303.777	46.555	50.970	267.588	38.599
Rural	16.110	65.756	5.277	17.321	78.438	5.701
Poder Público:						
Federal	363	30.417	4.227	385	4.224	613
Estadual	1.805	41.616	6.789	1.916	21.001	3.048
Municipal	6.522	28.275	4.785	6.923	75.886	11.014
Iluminação Pública	743	128.067	11.947	745	125.835	10.834
Serviço Público	594	121.815	11.987	512	109.710	10.001
Consumo Próprio	170	4.724	-	173	13.685	-
Subtotal	719.699	2.074.257	270.972	703.241	2.022.620	240.655
Suprimento de energia elétrica	9	601.213	37.732	9	31.606	3.388
Fornecimento não faturado(líquido)	-	(4.037)	(28)	-	1.753	556
Outras receitas	-	-	2.153	-	-	1.082
Total	719.708	2.671.433	310.829	703.250	2.055.979	245.681

15 Remuneração dos Administradores.

A rubrica “Despesas de pessoal” inclui o montante de R\$756 (R\$589 em 1999), referente a remuneração dos administradores.

16 Provisões para Contingências

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos e na auditoria especial realizada na data base de 30 de novembro de 2000 pela Arthur Andersen S/C, que emituiu parecer sem ressalvas, datado de 5 de janeiro de 2001, constituiu provisão para contingências de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

Contingências	2000			1999		
	Valor da provisão		Depósitos e caucões vinculados	Valor da provisão		Depósitos e Cauções vinculados
	No exercício	Acumulada		No exercício	Acumulada	
Trabalhistas						
Empregados	42.227	43.684	5.239	1.304	1.457	3.511
Cíveis						
Consumidores	22.455	26.298	2.491	2.738	3.843	1.463
Fiscais						
INSS	8.332	8.332	-	-	-	-
ICMS	2.679	2.679	-	-	-	-
COFINS	5.669	5.669	-	-	-	-
Outros	4.122	4.122	-	-	-	-
Subtotal	20.802	20.802	-	-	-	-
TOTAL	85.484	90.784	7.730	4.042	5.300	4.974

17 Seguros

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas e suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e estoques.

18 Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, encontram-se registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis com os praticados pelo mercado. A Companhia não opera com derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

19 Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A Companhia é patrocinadora da Fundação Saelpa de Seguridade Social – Funasa, entidade fechada de previdência privada, que adota o “Plano de Benefício Definido” em “Regime Financeiro de Capitalização” para o cálculo e acumulação dos recursos necessários ao seu plano previdenciário.

Em dezembro de 1999, a Funasa apresentava um déficit atuarial de R\$39.207. Em 27 de novembro de 2000, a Secretaria de Previdência Complementar aprovou uma série de alterações no Estatuto e no Regulamento Básico da Entidade com vistas ao equacionamento do déficit existente, as quais passaram a vigorar a partir de 1º de dezembro de 2000.

Dentre as várias medidas saneadoras, destacam-se as seguintes: (i) desvinculação dos benefícios oferecidos pela Entidade dos Benefícios da Previdência Social; (ii) fixação da paridade de contribuições normais entre patrocinadora e participantes; (iii) alteração na fórmula de cálculo dos benefícios a serem concedidos, com redução dos benefícios; (iv) aumento da idade para a elegibilidade aos benefícios; (v) aumento da contribuição

normal dos participantes ativos; (vi) adoção de uma contribuição adicional, a cargo da patrocinadora, de 13,8% sobre a folha de salários de participantes ativos e assistidos, para a solução do déficit atuarial remanescente.

Conforme facultado pela Deliberação nº 371 da CVM de 13 de dezembro de 2000, a Companhia constituiu uma provisão para cobertura do déficit atuarial da Funasa de R\$33.489, apurado por atuários independentes, em 31 de dezembro de 2000. Desse total, R\$31.102 foram registrados pela Funasa como Reservas a amortizar, no grupo patrimonial de Reservas Técnicas, por conta da contribuição adicional, a cargo da patrocinadora, de 13,8% sobre a folha de salários dos participantes. O total do déficit, de R\$33.489, e os correspondentes efeitos tributários de R\$11.051, foram registrados diretamente no patrimônio líquido, não impactando o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2000.

Segue, a posição atuarial do plano patrocinado pela Companhia:

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Ativo líquido do plano	50.394	50.417
Reservas matemáticas	<u>52.781</u>	<u>89.624</u>
Benefícios concedidos	42.974	37.323
Benefícios a conceder	40.909	52.301
Déficit técnico (*)	(33.489)	(39.207)

(*) Desse montante, R\$31.102 foi renegociado com a patrocinadora e registrado pela Funasa como Reserva a amortizar.

A Companhia possui, ainda, um passivo com a Funasa, no montante de R\$6.973, oriundo de contribuições não revertidas em anos anteriores, o qual vem sendo pago em parcelas mensais, desde 31 de março de 1996, no total de 120 parcelas.

20 Contrato de concessão de distribuição

Através de Decreto Presidencial de 15 de janeiro de 2001, foi outorgado a Saelpa a distribuição de energia elétrica em 216 municípios no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos.

O contrato de concessão já foi homologado junto à ANEEL.

21 Resultado por atividade

A Companhia somente exerce a atividade de distribuição de energia elétrica. Dessa forma, as demonstrações de resultado atendem ao Ofício Circular nº 838/2000 da ANEEL.

22 Evento Subseqüente

A Companhia implementou um plano de demissão voluntária (PDV) em fevereiro de 2001, que tem como objetivo reestruturar seu quadro funcional. No exercício de 2000, registrou uma provisão para fazer face a esses gastos num montante de R\$12.100.